

## Lex

Exame de acesso ao estágio da Ordem chega ao Parlamento Lex 36

JUSTIÇA EM DEBATE

# “Há falta de qualidade, de eficiência e de responsabilização no Ministério Público”

ESPECIAL

JOÃO MALTEZ

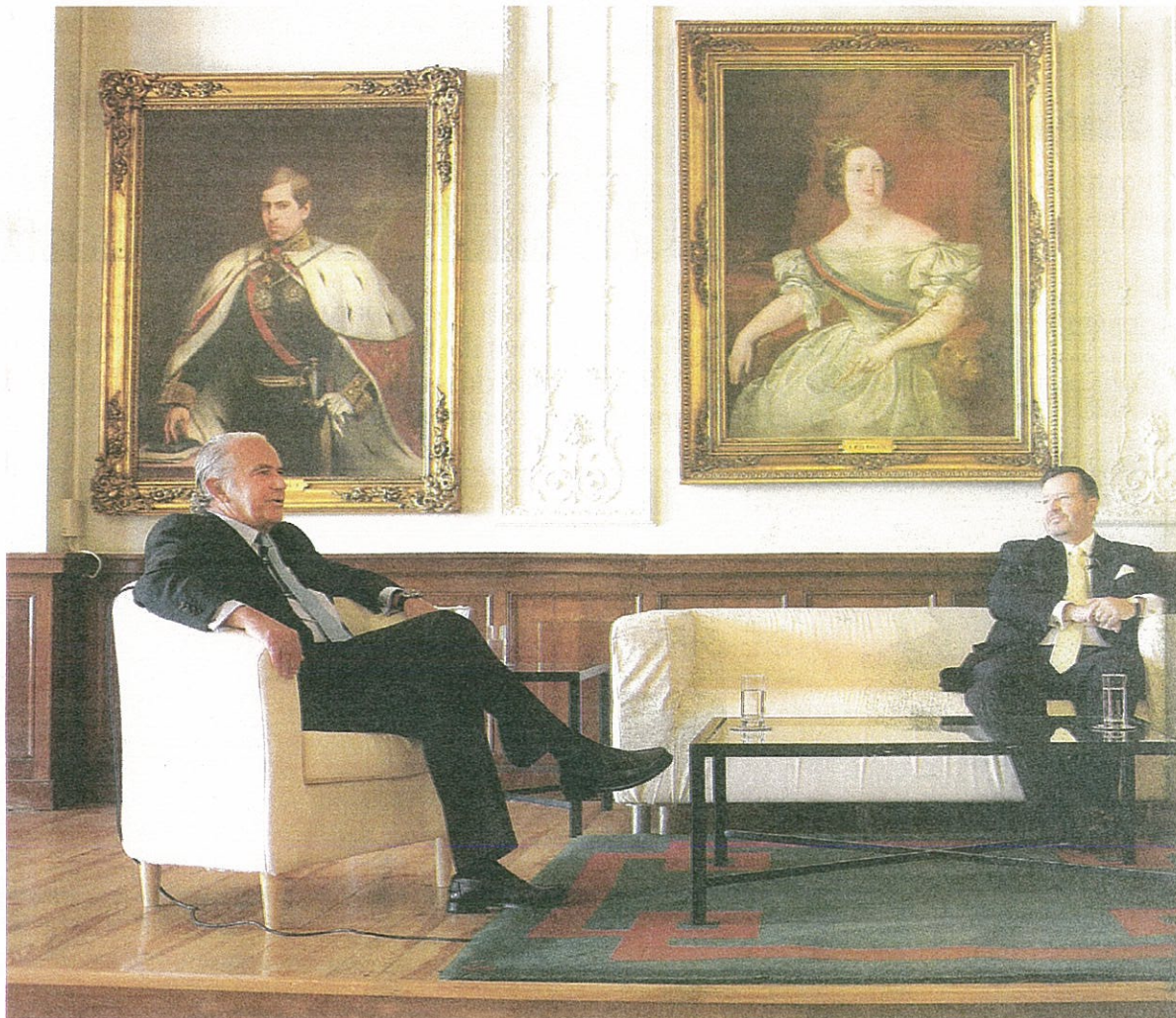
jmaltez@negocios.pt

O “lado mais fraco da Justiça portuguesa é o Ministério Público”, uma instituição que está “atomizada” e em que “cada procurador anda um pouco em roda livre”. As palavras duras foram ouvidas no salão nobre da Associação Comercial de Lisboa (ACL), no decorrer de um encontro onde se discutiu o estado da Justiça no País, e surgiram em resposta a afirmações recentes da procuradora-geral adjunta Cândida Almeida, que apontava o excesso de garantismo no campo penal como um dos problemas do sector. Os dois convidados para o debate, os advogados António Pinto Leite e Luís Sáragga Leal, não pouparam nas palavras e o segundo ditou a sentença: “há falta de qualidade, de eficiência, de especialização e de responsabilização no Ministério Público.”

Perante uma plateia em que os advogados estavam em peso, o ponto de partida do debate, moderado pela jornalista Fátima Campos Ferreira, puxou pelo brio dos causídicos. Há ou não excesso de garantismo na Justiça? E os advogados exorbitam esse garantismo e promovem o atraso na decisão dos casos, quando intervêm na defesa dos seus clientes?

“Estou de acordo que há excesso de garantismo, mas não que os advogados sejam os maus da fita. Os advogados lidam com as leis que têm e lidam o melhor possível na defesa dos seus clientes. Culpabilizar os advogados é culpabilizar a liberdade e a nossa função crítica na defesa das pessoas”, enfatizou António Pinto Leite, sócio do escritório de advocacia Morais Leitão, Galvão Teles, Soares da Silva (MLGTS).

Luís Sáragga Leal, sócio fundador da sociedade PLMJ, fez saber que partilha da mesma opinião, mas clarificou que, para si, a questão já várias vezes levantada pelos magistrados do Ministério Público resulta de uma vontade: “querem poder investigar sem qualquer controlo por parte dos advogados. Se cairmos nesse excesso de falta de garantias, é evidente que os direitos e as liberdades individuais es-



Ciclo de debates | Bruno Bobone (ao centro), presidente da Associação Comercial de Lisboa, recebeu na instituição que lidera os advogados Luís Sáragga Leal (à esquerda)

tão completamente em causa. O oposto era não haver garantias.”

## Excesso de garantismo e atrasos nos processos

Levantou-se, porém, a questão de saber até que ponto o excesso de garantismo alegadamente existente no processo penal poderá funcionar como um factor de entrave à resolução dos casos e até ao bloqueamento do sistema. “Esse é um problema imputável ao próprio Ministério Público e à pouca eficiência e especialização do Ministério Públi-

co. Não é imputável aos advogados, que têm uma função de defesa, e não de investigação e de acusação”, retorquiu António Pinto Leite.

Na mesma frequência, Luís Sáragga Leal lembrou o processo “Apito Dourado”, frisando que “ao fim de muitos anos de acusação e crucificação dos arguidos, o Ministério Público acabou por não conseguir provar ou levar o tribunal a condenar os crimes de que os réus vinham acusados”. Em sua opinião, tal ficou a dever-se ao “mérito dos advoga-

dos, e não à incompetência da acusação”.

Face ao exposto, o sócio de PLMJ deixou o desafio para que se tirem ilações do sucedido: “Provavelmente nunca ninguém pensou quanto é que um processo desta dimensão custou ao erário público, a todos nós, a cada um dos contribuintes. Os advogados, se são incompetentes, perdem os clientes. O Ministério Público tem todos os meios à sua disposição, mas queixa-se sempre de falta de meios, monopoliza a máquina da Justiça e depois não se tiram consequências nenhuma.”

Pinto Leite acabou por pegar na ideia do seu interlocutor de debate e lançou um segundo desafio: “um passo interessante seria pegar neste caso ‘Apito Dourado’, ou noutro grande caso, e fazer uma investigação independente para saber o que falhou, o que custou. E se, no percurso, ao longo destes anos, houve algum momento em que era possível e se deveria ter tomado outra decisão. Isto, em ordem a defender a Justiça”.

Face a tudo o exposto, Miguel Galvão Teles, um dos advogados

A justiça e as sociedades de advogados estiveram no centro do debate organizado no âmbito do ciclo “match play”, conjunto de encontros promovidos pela Associação Comercial de Lisboa com o apoio do Negócios. As instalações da associação acolheram a iniciativa, onde os protagonistas foram Luís Sáragga Leal e António Pinto Leite, sócios de dois dos principais escritórios portugueses de advocacia



Pedro Elias

António Pinto Leite, para um debate sobre o sector da justiça.

presentes no encontro realizado na Associação Comercial de Lisboa, fez questão de assumir que “o Ministério Público, em que ninguém manda, é o lado mais fraco da Justiça portuguesa, porque está caótico”. A reforma do Conselho Superior do Ministério Público foi, por isso, uma das soluções avançadas no debate para ultrapassar os problemas existentes. Eventualmente, frisou Pinto Leite, através da fusão com o Conselho Superior da Magistratura.

O mesmo advogado colocou, contudo, a tónica naquele que poderá ser o aspecto fundamental para o sector: “a questão de fundo da Justiça, digo-o há muitos anos – tinha, aliás, um bom aliado nessa percepção, que era o Dr. João Morais Leitão –, é um problema de gestão. Uma vez foi muito desabrido, já no final da vida, numa conferência que fez para o Jornal de Negócios, onde disse: ‘mas como é que é difícil gerir 1.500 juizes? São menos que os funcionários da Carris’”.

#### DITO

O lado mais fraco da Justiça portuguesa é o Ministério Público.

**MIGUEL GALVÃO TELES**  
Advogado

Concordo que há excesso de garantismo, mas não que os advogados sejam os maus da fita.

**ANTÓNIO PINTO LEITE**  
Advogado

Se cairmos no excesso de falta de garantias, é evidente que os direitos e as liberdades individuais estão em causa.

**LUÍS SÁRAGGA LEAL**  
Advogado

## “Problemas da Justiça resolvem-se com gestão”

“Tribunais deveriam ter um gestor ou uma comissão directiva de gestão, pelo menos os de Lisboa e os do Porto”, defende o advogado António Pinto Leite

Os tribunais precisam de gestores que também sejam juizes e os processos na área cível e comercial têm que ser simplificados. O diagnóstico é feito pelos advogados que na última quinta-feira debateram, na Associação Comercial de Lisboa, o estado da Justiça, que apontam as duas questões referidas como meios que poderão ajudar a solucionar os constrangimentos do sector.

“O problema da Justiça é um problema de gestão. Os nós górdios da Justiça civil e comercial estão razoavelmente identificados. Temos dois terços dos tribunais com falta de clientes, um terço dos tribunais portugueses com excesso de procura e um problema monumental em Lisboa. Os tribunais deveriam ter um gestor ou uma comissão directiva de gestão, pelo menos os de Lisboa e os do Porto”, defende António Pinto Leite, para quem a adopção de modelos de gestão pelas sociedades de advogados pode servir de exemplo.

“Não podemos querer que estas reformas aconteçam no mundo dos juizes em dois anos. Porque nós, passados todos estes anos, ainda hoje estamos a aperfeiçoar sistemas. Os juizes têm que ser liderados por juizes gestores, que façam a gestão dos funcionários, mas também dos restantes juizes. Um exemplo típico é o de haver juizes extraordinários a resolver permanentemente cobranças. É um desperdício”, evidencia Pinto Leite.

Admitindo que a Justiça padece de um problema de gestão, Luís Sáragga Leal considera que há uma outra questão em que é fundamental mexer. “Temos uma parafernália

### Ministro Alberto Martins é “pouco reformador”

“Nenhum ministro da Justiça que queira melhorar o modelo que existe será um bom ministro”, afirmou o advogado António Pinto Leite, falando sobre a prestação de Alberto Martins. O também advogado Luís Sáragga Leal considerou, por seu turno, que o governante “não tem sido suficientemente disciplinador das magistraturas, sobretudo a do Ministério Público”. Embora defenda a independência das mesmas, admite que a intervenção do ministro poderia ser feita no sentido de haver uma maior responsabilização e eficiência.

lia de instrumentos processuais que entravam o funcionamento da Justiça sem ter necessariamente como utilidade uma melhor administração da Justiça”, critica, defendendo que a simplificação processual poderia funcionar como um meio de acelerar a resolução dos casos que chegam a tribunal.

“Temos que encontrar um mecanismo que agilize o processo. É evidente que precisamos de gestores nos tribunais, mas também precisamos de agilizar o próprio processo. Se calhar, o processo não precisa de ter tantos articulados, não precisa ter tantos recursos”, conclui.

## Especial Justiça em debate

ADVOCACIA SOCIETÁRIA

## Crise ameaça “sociedades recentes e sem uma base de clientela fixa”

Pedro Elias



**Luís Sáragga Leal diz que a actual crise irá provocar “movimento de clarificação e consolidação ao nível da advocacia e das sociedades de advogados em Portugal”**

JOÃO MALTEZ

A crise que actualmente afecta a Europa, em particular os países da Zona Euro, vai provocar “um movimento de clarificação e consolidação ao nível da advocacia e das sociedades de advogados em Portugal”. A certeza foi expressa por Luís Sáragga Leal, sócio-fundador da PLMJ, no decorrer do debate promovido pela Associação Comercial de Lisboa. Na opinião daquele jurista, a actual conjuntura poderá mesmo ameaçar a sobrevivência dos escritórios menos preparados e que não dispõem de “uma base de clientela fixa”.

As firmas de advocacia que “tiverem maiores condições de organização, eficiência, especialização e uma maior cultura societária, essas vão resistir e sair reforçadas, a prazo, desta crise”, considerou Sáragga

Leal. Em contraponto, alertou para a possibilidade de “as sociedades de estrato mais recente, que ainda não têm uma cultura nem uma base de clientela fixa e que tenham vivido, sobretudo, das grandes operações pontuais”, poderem até desaparecer, em consequência de uma crise que se adivinha “mais profunda e duradoura do que a de 2008”.

É uma onda gigante metafórica, aquela que o interlocutor directo de Sáragga Leal no debate promovido pela ACL, António Pinto Leite, vê na iminência de tombar sobre a realidade económica nacional. “Entre 2007 e 2009 enfrentámos uma ‘onda de 20 metros’, daquelas que assustam muito. Quando pensávamos finalmente que o barco ia para ‘mar chão’, aparece-nos esta de 30 metros, com as dívidas soberanas, o risco financeiro, o risco monetário, o risco do euro”, sublinhou.

**Pinto Leite e Sáragga Leal** | Ambos os advogados dizem estar receosos da crise, mas admitem que as grandes sociedades nacionais estão devidamente preparadas.



**Escritórios nacionais “passaram bem pela primeira crise”**

Na opinião de Pinto Leite, as firmas de advocacia nacionais “passaram bem pela primeira onda”, facto que, explicou, se ficou a dever à “cultura humanizada” que caracteriza os “players” que marcam presença no mercado português. “Se não a totalidade, quase todas as firmas de advocacia tiveram a preocupação de não perder ninguém”, frisou.

No caso das sociedades de que os dois advogados são sócios, houve, tal como evidenciaram, a preocupação de tomar medidas atempadas de “flexibilização interna”. Medidas que passaram, de acordo com os relatos feitos, nomeadamente por mexidas nas remunerações dos sócios. Mas também, como sucedeu com a sociedade que Pinto Leite integra, por um programa de parcerias para apoio de clientes em cri-

se, ou pelo assumir de uma cultura de responsabilidade social. O objectivo foi, de acordo com Sáragga Leal, retribuir a fidelidade dos advogados que apostaram na sociedade, mantendo-os no grupo de trabalho.

Superar uma crise de cada vez, esta é a filosofia perfilhada pelo sócio da Moraes Leitão. Já o fundador da PLMJ prefere, como confidenciou, assumir os problemas em contraciclo. “Quando tudo corre bem, quando há grande optimismo e os clientes entram todos os dias, digo: ‘Vamos ser realistas. Será que este crescimento se mantém?’. Quando vêm as grandes crises, sou normalmente optimista, até porque tenho a obrigação no escritório, como todos nós temos nas nossas organizações, de transmitir optimismo, e não sinais de pânico e de desistência.”

ASSESSORIA JURÍDICA

**Escritórios não podem depender do Estado**

“Há uma percepção completamente errada sobre a relação que os grandes escritórios têm com o Estado.” A opinião é avançada por António Pinto Leite, sócio da firma Moraes Leitão, Galvão Telles, Soares da Silva (MLGTS), para contestar a ideia de que as principais sociedades são “sorvedouros” de dinheiros públicos.

“A dependência do Governo é algo que pode entontecer a estratégia de um escritório. Os advogados têm que ser independentes. Não podemos organizar estas instituições para dependerem do Estado”, considerou, dando ainda nota de que no escritório onde trabalha é feita uma “monitorização anual” para apurar o peso nas receitas da assessoria jurídica prestada ao Esta-

**Ter o Governo como cliente é algo que pode entontecer a estratégia de um escritório.**

ANTÓNIO PINTO LEITE

do. “No ano passado pesou 0,3%”, revelou Pinto Leite.

Cioso da independência face ao Estado é também, conforme evidenciou, Luís Sáragga Leal: “Estou à vontade para dizer que o nosso escritório tem uma dependência mínima relativamente ao cliente Estado. O nosso volume de trabalho para o Estado é mínimo. Por isso é que podemos afirmar que somos equidistantes dos diversos partidos e dos diversos governos, e dizer que somos independentes dos poderes económicos”.

Pinto Leite aproveitou para recordar as polémicas declarações de José Miguel Júdice ao Negócios, defendendo que as três maiores sociedades de advocacia nacionais deveriam ser sempre convidadas a participar nos concursos para grandes obras públicas. Tendo em conta a capacidade instalada, “faz sentido”, disse, deixando uma clarificação: “O cliente Estado embarça-nos. Muitas vezes por delicadeza participamos nos concursos. Mas, [com os preços praticados] não podemos ser competitivos.”